



NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADA

EXERCÍCIO DE 2017

A) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Itapetim
CNPJ: 11.358.157/0001-00
Domicílio da entidade: Rua Major Cláudio Leite, s/n - Centro – itapetim – PE – Cep: 56700-000 – Tel: (87) 3853-1374
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Itapetim, concedida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal a “administração pública geral”. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal Nº 351/2016 de 07 de Novembro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Adelmo Alves de Moura – Cargo: Prefeito – Período de Gestão: 01/01/2017 à 31/12/2020.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Emerson Fernandes da S. Siqueira. CRC-PB 5998/O-6. E-mail: emerson-siqueira@uol.com.br

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.



b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas:

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciable seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP. Os valores intra-orçamentários foram considerados neste demonstrativo.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros dos contratos em execução tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2017.

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

c.1. Modelo de elaboração da DVP:

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi o analítico.

c.2. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Até o fechamento deste demonstrativo o setor de patrimônio não disponibilizou ao setor contábil informações que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

c.3. Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

c.4. Constituição ou reversão de provisões:

Houve atualização dos valores da Reserva matemática do RPPS.



c.5. Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 2.721.316,51. As baixas da dívida ativa tributária geraram desincorporação de ativos na ordem de R\$ 1.269,00. Foram pagos de dívida consolidada o montante de R\$ 599.676,73 resultante da execução orçamentária que gerou desincorporação de passivos. As dívidas com INSS e RPPS estavam com saldos defasados nos Balanços de 2016 e tiveram ajustes no exercício e 2017, sendo tais fatos lançados diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de exercícios anteriores.

c.6. Variações patrimoniais aumentativas:

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2017 totalizaram R\$ **42.081.555,90**.

c.7. Variações patrimoniais diminutivas:

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2017 totalizaram R\$ **73.592.496,24**.

c.8. Resultado econômico (patrimonial) do exercício:

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ **(31.510.940,34)**

c.9. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Houve alienação de Bens Móveis no montante de R\$ 53.460,00, ficando o saldo financeiro de R\$ 53.460,00 para aplicação em 2018.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4.5. Entidades Consolidadas neste Balanço

Estão consolidados neste Balanço todas as Unidades Gestoras do Município: A Prefeitura com suas diversas secretarias, O Fundo Municipal de Saúde e o Fundo de Previdência do Município de Itapetim, a Câmara Municipal de Vereadores de Itapetim até o fechamento desta prestação de contas não havia enviado demonstrativos para consolidação.

Itapetim (PE), Março de 2018

Adelmo Alves de Moura
Cargo: Prefeito

Emerson Fernandes da S. Siqueira
Contador
CRC PB Nº 5998/O-6